

PARA ALÉM DAS PRISÕES: PCC E(M) LÓCUS FACCIÓNADO

Elton Guilherme Dos santos Silva¹
eltonguilherme56@gmail.com
Marcondes Brito da Costa²
marcondes.brito@ifpi.edu.br

RESUMO: *O presente trabalho busca evidenciar os processos que compõem o contexto histórico e social de uma das principais organizações criminosas do Brasil e da América do Sul: o Primeiro Comando da Capital. A partir de sua origem e expansão na unidade prisional paulista, à sua consolidação dentro das periferias do Brasil e dos países que com ele dividem fronteiras – partindo referencialmente da primeira etnografia sobre o tema, elaborada por (BIONDI, 2010). Nesta primeira análise buscamos olhar para Teresina, capital do Piauí, que vem recebendo o impacto da formação desse coletivo nas relações do dia-a-dia, sobretudo, percebendo a atuação e recepção desse coletivo nas comunidades. Apontamos às prisões; mas, sobretudo, as periferias, como unidades sociais mais amplas na qual o PCC estende suas influências e ideias. Dessa forma, o presente trabalho surge como uma introdução ao fenômeno que agora se engendra no cotidiano teresinense e que precisa ser melhor compreendido.*

Palavras-chave: *PCC. Sistema prisional. Segurança pública.*

ABSTRACT: *This paper seeks to highlight the processes that make up the historical and social context of one of the main criminal organizations in Brazil and South America: the First Command of the Capital. From its origin and expansion in the São Paulo prison unit, to its consolidation within the peripheries of Brazil and the countries that share borders with it – referring to the first ethnography on the subject, prepared by (BIONDI, 2010). In this first analysis, we seek to look at Teresina, capital of Piauí, which has been receiving the impact of the formation of this collective in day-to-day relations, above all, realizing the performance*

1 bacharelado em ciências sociais pela Universidade Federal do Piauí UFPI

2 Professor do Instituto Federal do Piauí-IFPI .Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí (2005). Mestrado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (2011). Doutorando em Sociologia na Universidade Estadual do Ceará--UECE.

and reception of this collective in the communities. We point to prisons; but, above all, the peripheries, as broader social units in which the CCP extends its influences and ideas. Thus, this work appears as an introduction to the phenomenon that is now engendered in everyday life in Teresina and that needs to be better understood.

Keywords: *PCC. Prison system. Public security.*

INTRODUÇÃO

No início da década de 90, no interior do Anexo da Casa de Custódia de Taubaté conhecida como “Piranhão” surge o que viria a se tornar uma das principais organizações criminosas da América do Sul: o Primeiro Comando da Capital ou como é popularmente conhecido: PCC, Comando, Partido, Quinze, Família (BIONDI, 2010, p. 25). Não há um fator determinante para o surgimento desse grupo, porém, um dos fatores que concorre para o surgimento e crescimento de forma silenciosa dessa organização, foi o crescimento vertiginoso da população carcerária do Estado de São Paulo, que em 1992 totalizava cerca de 52 mil presos distribuídos em 43 unidades prisionais e que ao final de 2002, subiu para 110 mil encarcerados em oitenta unidades, bem como na maior parte das zonas urbanas e periféricas do país – embora a presença do partido na maioria das comunidades não sejam confirmadas oficialmente pelos órgãos de segurança, entendemos que o mesmo exerce influência dentro e fora das unidades prisionais.

Gostaríamos de frisar que o PCC não foi o primeiro grupo criminoso surgido no Brasil, antes dele surgiu o Comando Vermelho, no final da década de 70 e depois dele vários outros coexistindo e disputando poder entre si. À medida que iam se espalhando pelos Estados brasileiros em busca de consolidação e difusão de suas ideias, seu poder aumentava, mas aumentavam também os conflitos por respeito, reconhecimento e pertencimento que acabara por promover uma guerra desenfreada com outros grupos criminais locais que se insurgiam às ramificações do PCC.

Biondi (2010) evidencia que o exponencial número de vagas das novas prisões possibilitava reunir uma maior quantidade de presos³, o que contribuía para a diversificação dos egressos e suas localizações. Com o aumento gradativo de pessoas sob custódia de uma direção que

3 O estado de São Paulo conta atualmente com 147 unidades prisionais, vinculadas à secretaria de Administração Penitenciária, que abrigam cerca de 150 mil presos (fonte: www.sap.sp.gov.br). A presença do PCC nessas unidades não é confirmada oficialmente pelo Governo do Estado de São Paulo. O número apontado acima é fruto de estimativas elaboradas por prisioneiros, ex-prisioneiros, visitantes, alguns jornalistas e operadores do Direito. (BIONDI, 2010, p. 25).

reproduzia os mesmos mecanismos de repressão tal qual do “Massacre do Carandiru”⁴, com ataques bárbaros, cruéis e covardes para presos indisciplinados, com visitas e banho de sol restrito, possibilitou que os mesmos se organizassem a fim de reivindicar o cumprimento legal das Leis de Execuções Penais.

Além de determinadas restrições, os egressos do sistema prisional eram sistematicamente espancados e expostos a toda sorte de crueldades e arbitrariedades – o local em si já era conhecido pelos maus tratos. Dessa forma, consegue-se definir as condições sociais e políticas que possibilitaram o surgimento e consolidação desse fenômeno nas unidades prisionais paulistas e que depois se estendeu para os demais territórios nacionais e alguns países da América do Sul.

Podemos assim perceber, que nas fissuras do cumprimento básico das diretrizes legais, os presos se insurgem e se organizam. De início, solicitando apenas o cumprimento da lei de execuções penais, que num sistema permeado por abuso de autoridades por parte dos policiais e policiais penais e de violências perpetrada por outros presos; o discurso de organização e união ganha força e envergadura.

Não é possível afirmar com precisão a data do surgimento do PCC; são algumas possibilidades que não devem ser descartadas, mas, que têm que ser analisadas a fim de tecermos sua origem, em Junto e Misturado: Uma etnografia do PCC a autora expõe algumas das versões que coletou no decorrer da sua pesquisa. Explicitou que o grupo teria surgido em 1989, na casa de Detenção do Carandiru; em 1991, em Araraquara, que se originou de outros grupos prisionais; ou que sua gênese se deu numa partida de futebol. Uma dessas versões, contudo, consolidou-se no meio carcerário, em detrimento das demais e, nesse sentido a autora trabalha com um conceito de sua criação chamado “amnésia coletiva” onde se refere às ocasiões em que debates intensos, de uma hora pra outra, por motivos diversos eram encerrados, ou melhor, eram como se nunca tivessem existido (BIONDI, 2010, p. 69).

Tal reação perpassa por aquilo que a autora chama de Movimento; que de início se opõe a uma forma abstrata, embora seja ideia, mas, que também é ação concreta, pois, é construído e conduzido, ao mesmo tempo em que carrega consigo pessoas, telefones, ações práticas, relações efetivas, dinheiro, vida, morte, ruas, quebradas, vilas e territórios em geral:

4 Uma intervenção policial na Casa de Detenção do Carandiru em São Paulo com propósito de findar uma rebelião resultou num quantitativo de 111 detentos mortos, muito embora, presos que sobreviveram ao “Massacre” relatam um número bem maior, cujos corpos teriam sido retirados por caminhões destinados à coleta de lixo, antes mesmo da contagem que determinam os números oficiais. Esse fato está diretamente ligado à origem do PCC, pois o mesmo insurge para vingar as mortes praticadas pelos agentes do Estado. (BIONDE, 2010, p. 66-68).

Ele [o movimento] não se conforma a espaços ou intervalos de tempo, pois não tem origem, nem fim definido [...] ele não se limita às trajetórias dos irmãos embora tenha foco [...] por fim, ele, é formado por vários movimentos simultâneos, todos atravessando e deixando-se atravessar seus rastros em territórios, tempos e pessoas. (BIONDI, 2018. p, 46).

Carrega também a composição de inúmeros movimentos que entrecruzam e não obedecem aos limites territoriais de sua existência, processos esses que visam o embate pela manutenção, fortalecimento e transformação da estrutura que molda as relações de onde os irmãos e primos⁵ estão inseridos, a partir de como convivem, despeitam, se acoplam e se entendem.

Questionar como a formação dessa organização contribuiu para mudança social do meio que as pessoas em condição de cárcere viviam e vivem, de que forma os ideais da organização que surgiu dentro de uma unidade prisional, atravessam os muros, consolidam-se nas ruas e se difundem no imaginário social são questionamentos que o presente trabalho visa responder. Como também, evidenciar as dinâmicas de expansão da organização em países circunvizinhos que dividem fronteiras com Estados brasileiros a tratar dos conflitos e tensões entre interesses individuais e coletivos dos integrantes e fornecedores. Pontuando os processos de mudanças entre um PCC idealista para um PCC empresa, em suma, o trabalho pretende compreender as mudanças de lá pra cá.

VOCÊ SABE O QUE É FRUSTRAÇÃO? É MÁQUINA DE FAZER VILÃO!⁶

Em Estudos Sobre Ruínas, Marildo Menegat (2012) avalia o capitalismo como uma estrutura que tende a homogeneizar o mundo, tudo é mercadoria e tudo está a serviço do capital e dentro das suas contradições encontram-se consequências devastadoras, como o crescimento mundial da pobreza, o desemprego e a infinita e monótona infelicidade existencial desses tempos.

Dessa forma, o autor aponta a criminalização dos membros das classes populares como um fator agravante que sempre existiu numa sociedade forjada nas desigualdades. Que utiliza como estratégia, a máquina do Estado que engole a tudo e todos numa lógica de controle. A novidade nesse sentido é a política de tolerância zero, ou de acordo o autor: “aparatos de exceção da intolerância total” que contribui unanimemente para o encarceramento em massa

5 “Irmão” é um membro ‘batizado’ no PCC. Enquanto “Primo” são presos que residem no convívio de cadeias comandadas pelo PCC, mas que não são membros batizados.

6 Mano Brown (2002) integrante do grupo de rap Racionais Mc’s; que mesmo com suas contradições e incongruências vociferam no movimento Hip-Hop um olhar crítico da realidade na qual estão inseridos, possibilitando visibilidade social às demandas e, no limite, evitando que os demais não adentrem no mundo do crime.

desses sujeitos em detrimento dos pertencentes às classes dominantes.

Para as pessoas excluídas da sociedade do consumo, o estado de exceção é permanente, pois, quando há uma suspensão dos direitos básicos – aqueles que são inegociáveis e irrevogáveis, do direito de ir e vir, da lei de execuções penais, esse modelo acaba convergindo para um fenômeno que chamamos de Estado de Exceção, que por consequência, legítima uma interrupção, um vazio do direito, logo, “o estado de exceção [...] torna-se regra”. (AGAMBEN, 2004, p. 12).

Esse estado permanente de violações é vivenciado principalmente por quem está em cárcere, um lugar que, abriga uma espécie de relutância social. Em geral, sobre as razões que nos envolvem, não precisa medo em saber o que acontece dentro delas, precisa coragem. Um fato inevitável, tão intrínseco a realidade humana quanto vida e morte, é a pretensa seletividade penal que instituições de segurança pública utilizam para julgar, sentenciar e condenar – sem direito a defesa, pessoas das camadas mais populares. (ADORNO, 1996, p. 5).

As relações capitalistas contemporâneas reproduzem um discurso assimétrico, em que todo mundo pode ser vencedor, porém que só produzem vencidos. Um debate importante a se fazer é: como as drogas se tornaram um expediente necessário para amplas camadas suportarem esta sociedade? O resultado disso é visível nos índices de encarceramento e o lugar reservado para os sujeitos que estão inseridos nas relações comerciante-consumidor.

Menegat (2012, p. 182) pondera:

(...) isso não é propriamente a negação de um necessário princípio de realidade, mas a compreensão de umas das potências do capitalismo que é a afirmação da sua estrutura do real como abrasadora e única, e, para tal, faz-se determinante a colonização dos sujeitos, das subjetividades; [...] o capitalismo perverte as equações mais caras da existência, onde tudo se resume a mais um dia de trabalho (...).

E nas periferias isso soa como requinte de opressão; a ausência de condições de educação e trabalho digna que fomente no imaginário juvenil aspirações de um futuro promissor no mercado de trabalho formal, obviamente não acontece, então, o desejo de fugir desta situação só pode se fazer intenso. Nesse sentido, várias formas legais e ilegais aparecem como aspecto de inserção nesse sonho capitalista, entre eles o tráfico de drogas, e assim:

(...) O tráfico de droga se apresenta como um dos negócios mais lucrativos mundialmente, que emprega um contingente considerável de pessoas e, assim, depende de processos de trabalho para sua produção, distribuição e circulação, explorando a mais-valia do trabalho humano. O tráfico afeta, ao mesmo tempo, as esferas econômica, social, política e cultural e, assim, varia significativamente dependendo do contexto nacional. O tráfico de drogas é um protótipo da sociedade de consumo, ex-

pressa toda a violência nela embutida e produz mais violência (...). (FEFFERMANN, 2017, p. 19-20).

Nessa perspectiva os indivíduos que são distanciados e excluídos da lógica do consumo convencional, enxergam no tráfico a possibilidade de acesso a bens econômicos e fins lucrativos – majoritariamente jovens e adolescentes, que são cooptados nas periferias ou dentro do sistema prisional, partem de um duplo movimento: uma socialização diferenciada da adotada pelas instituições formais hegemônicas e poucas oportunidades de integração no mercado de trabalho formal, esses e outros aspectos reforçados pela baixa escolaridade e pelo modelo de sociedade capitalista, intensifica riscos reais e concretos na vida desses sujeitos.

Enquanto buscam por possibilidades de trabalho com intenção célebre de sobreviver e se inserirem na sociedade do consumo, jovens/ adolescentes “trabalhadores” do tráfico de drogas se veem na condição de produzirem sua vida material a fim de, por consequência determinar um conjunto de normas dentro da realidade que está inserido, pois, quando (MARX; ENGELS, 2002, p.524) afirmam: “É o mundo material que determina a forma do homem pensar, agir e sentir”. Contribui para a lógica que entende o tráfico de drogas como forma de trabalho e inserção no mundo do consumo.

Dessa forma, evidenciando o capitalismo enquanto uma estrutura de dominação e da reprodução das desigualdades, mas que também, constrói subjetividades que se apropria de mecanismos que tendem a ser não capitalista, a exemplo, a venda de substâncias como um meio para se inserir na sociedade do consumo e não somente como intenção de fazer parte do oligóprio do mercado mundial de drogas e de seus excedentes.

Nesse interim, interessa notar como a disciplina⁷ vigora nos ambientes atravessados pelo movimento, seja nas cadeias do comando, seja nas quebradas⁸. O crescimento exacerbado do comércio ilegal de drogas, alimentado pela proibição e pelas políticas vazias de criminalização contribuem com a manutenção das redes nacionais e internacionais do fluxo das drogas ilícitas e a conquista de territórios. Marisa Feffermann (2017, p. 158) aponta como o escoamento desses produtos ilegais contribui para as áreas de influência das organizações à confecção de suas condutas e a forma que se dividem em posições hierárquicas para o enfrentamento violento de disputas por influência e contra o aparelho estatal.

Os jovens trabalhadores do tráfico de drogas são considerados, com empenho da indústria cultural, os responsáveis pela violência, embora sejam, a um só tempo, as principais vítimas das mortes violentas nas estatísticas policiais [...] esses jovens são um apêndice, ora indispensáveis, ora descartáveis [...] a realidade do

7 Condutas recomendadas aos participantes do PCC. Ver (BIONDI, 2010).

8 Local de moradia atual ou passada, com a qual se estabeleceu uma relação afetiva.

tráfico de drogas tem os adolescentes e jovens como os principais protagonistas, tanto como vítimas, quanto como algozes (FEFFERMANN, 2017, p. 158-161).

Dessa forma, compreendemos o tráfico, enquanto uma indústria de drogas ilícitas e como um mercado clássico que agencia fortunas desmedidas anualmente, sendo o crime que mais cresceu no sistema prisional brasileiro nos últimos anos e que funciona como forma de inserção ilegal de uma parcela crescente da população brasileira, sobretudo os segmentos juvenis.

Frente a um desemprego estruturado, acirrado pelo processo de “globalização” que dificulta o ingresso de jovens no mundo do trabalho e das violências a que são submetidos – que diga-se, não são poucas; esses jovens, sobretudo, os que residem em ambientes faccionado⁹ são cooptados há desempenharem funções para o gerenciamento do tráfico, ocupando a linha de frente e sendo os que mais morrem, bem como, os que majoritariamente ocupam os sistemas prisionais.

Ou seja, a hostilidade tanto por parte do Estado e o ímpeto de sobreviver nesses ambientes não se resumam necessariamente ao distanciamento da sociedade do consumo convencional ou da ausência de condições materiais; muito embora esses diagnósticos sejam de grande relevância, se faz necessário entender as variadas formas de violência simbólicas que atravessam esses sujeitos e os processos massivos de construção de suas identidades que envolvem a busca por pertença e reconhecimento, status, e uma das lógicas trazidas pelo tráfico também do ponto de vista subjetivo, a de autoafirmação; como também, a crucial dinâmica de entender como a disciplina e a correria¹⁰ se estabelecem e se reproduzem nessas relações.

A violência contra juventude, particularmente periférica e marginalizada no Brasil, se expressa de várias formas, algumas representadas de forma quantificada em documentos oficiais e outras não. Dessa forma, compreendemos que as juventudes não sejam percursoras de tais violências, mas que a mesma colhe o fruto das gerações passadas. Ou seja, a exclusão social e a inclusão marginal são combustíveis que movimentam ânimos e subjetividades dos que vivem à margem – dos que são cooptados nas penitenciárias e periferias a troco de se manter vivo.

“FECHADÃO NO QUINZE”¹¹

9 Extensão territorial dominada por facções, grupos e organizações criminosas que disputam e rivalizam com os outros por ponto de venda de drogas e domínio hierárquico.

10 Atividade e/ou forma de ganhar dinheiro.

11 Expressão utilizada por um *primo* em uma conversa sobre o movimento do PCC nas periferias de Teresina.

As ações do PCC não se restringem tão somente ao contexto prisional. A partir do movimento, suas orientações atravessam os muros e grades do cárcere e adentram o contexto periférico e as relações sociais dos indivíduos que as compõe. Pois, o movimento não aceita limitações e demarcações espaciais, o foco do PCC nesse sentido é de manter suas dinâmicas de funcionamento nas ruas, muito embora haja relações entre esses dois ambientes. Jovens/adolescentes em contato com o tráfico ou com outras obras da criminalidade terminam por serem obstruídos de suas respectivas quebradas e cumprindo pena nas mais variadas e distantes prisões. O que, decerto, facilita a reprodução e continuidade de dinâmicas de comportamentos instituídos pela organização criminal.

Desse modo, ao término da pena ou por motivos diversos, ao se verem libertos das grades, é possível que esses sujeitos reproduzam os ideais do PCC num movimento de reciprocidade. Em Proibido roubar na quebrada: Território, hierarquia e lei no PCC, Biondi (2018, p, 35), expõe a prisão, como algo que está sempre no horizonte desses sujeitos, que não só orienta suas vidas como também muitas vezes chega a ser vista como inevitável.

Então a prisão tenciona a forma como o PCC atua na quebrada e lida com os problemas cotidianos. Os indivíduos que ao serem “acolhidos” pela organização dentro das prisões, saem, e reproduzem as noções de disciplina, correria e sintonia fora das prisões, numa lógica de reciprocidade; à rigor, “se paz, justiça, liberdade, igualdade e união não nos estão dados, só nos resta lutar também por elas”.

Dessa forma, em uma quebrada é possível ver efeitos do PCC em todos os lados, ainda que o movimento não se mostre nítido ou explícito nesses efeitos – eles podem ser vistos, por exemplo, no vocabulário utilizado pelos moradores da quebrada ou até mesmo na relação de proteção e segurança da comunidade.



Foto retirada pelo autor em periferia da zona sul de Teresina 2019.

Biondi (2018, p. 69) evidencia que o PCC que corre nas ruas, nesse sentido, não pode ser desvinculado daquele que existe nas prisões. Isso porque, embora o PCC apareça como autônomo e independente dos que participam, podendo estar presente mesmo onde não há irmãos, sua existência é sustentada por eles. Logo:

(...) eles são voz do comando, que fala por meio deles e, por isso, dependem deles para se fazer ouvir. São instrumentos que o colocam em ação e que firmam a sua presença nos territórios. Em outras palavras, não existe PCC sem a existência dos irmãos (BIONDI, 2010, p. 207).

São responsáveis por consolidar e imperar a disciplina, que constituída pelo movimento vem de outros lugares, que perpassam por eles e seguem seus rumos. Nesse sentido, assim como o movimento, a disciplina não se limita às trajetórias das pessoas, mesmo às dos irmãos, pois a mesma é formada por vários movimentos simultâneos, todos atravessados – e deixando para trás ao mesmo tempo em que marcam seus rastros, territórios, tempos e pessoas.

De certo, como afirma a autora, ser irmão também consiste em ser o PCC na quebrada. No entanto, há lugares onde não se tem nenhum irmão e, ainda sim, a presença do PCC é garantida; muito evidente. Ações nas ruas trazem implicações dentro das cadeias, é possível afirmar que as cadeias não só interagem com as ruas (e vice-versa) como constituem condições de possibilidade de existência do PCC nas quebradas. Dessa forma, nota-se a presença de condutas que nascem nas prisões expandindo-se para ruas e sendo reproduzidas por aqueles que desconhecem a disciplina; esse movimento possibilita uma troca de informação que servem, a depender, como mecanismo de mediação de conflitos.

Um caso emblemático se tratando do PCC, é que, ironicamente, a partir de tréguas, pactos e outros acordos, utilizando do movimento, disciplina e sintonia tem se conjecturado que a efetivação de uma drástica redução nas taxas de homicídios nas periferias paulistas. Entretanto, as autoridades e instituições de segurança negaram e negam veementemente a atuação e influência dessa organização no que diz respeito aos redutos e mediação de conflitos¹².

Ou seja, notam-se nas periferias, movimentos que atravessam diferentes cadeias, conectam diversas quebradas e fazem-se pertencer-se umas às outras (BIONDI, 2018). Num duplo movimento que domina territórios e práticas morais, sobretudo de violência.

Afinal, a pacificação dependeu da capacidade do PCC em construir um discurso de união do crime e organizar o interesse dos empreendedores de drogas numa mesma direção (PAES MANSO; NUNES DIAS, 2018, p. 177) como também, de acordo, (WILLIS, 2015, p. 2-57) o

12 Queda de homicídios em São Paulo é obra do PCC, e não da polícia, diz pesquisador. BBC News, Brasil. Disponível: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/02/160210_homicidios_pcc_tg. Acesso: 16/06/2021.

PCC, ao atuar dentro das comunidades e regular relações sociais é, ao mesmo tempo, produto, produtor e regulador da violência. A facção consegue funcionar a partir da regulamentação do comércio de drogas e das relações de punição dentro das periferias e prisões, evidenciando que quanto mais crimes violentos e agitação, assaltos e conflitos maiores serão a probabilidade da presença policial, o que de certo implicaria nas relações de compra e venda do tráfico.

Seria ingênuo, no entanto, acreditar que essa paz é fruto de algum humanismo por parte das facções. A ideia é reproduzir o modelo empresarial adotado pelo PCC em São Paulo, deixando antigas desavenças de lado e focando no comércio da droga e no enfrentamento à polícia. A lógica é simples: homicídios e outros crimes chamam a atenção das autoridades, e roubos geram mal-estar na comunidade, incentivando que os moradores delatem os traficantes que não conseguem “manter a ordem”¹³. A ordem da cadeia foi clara: paz!¹⁴.

EXPANSÃO FRONTEIRIÇA E MONETÁRIA

A partir da consolidação ideológica da organização que fazia ecoar pelas prisões e periferias locais os ideais de paz, justiça, liberdade e igualdade para todos, o PCC passou a planejar a ampliação de sua presença e controle para além dos Estados brasileiros. De dentro das prisões, as lideranças haviam percebido a importância de reduzir ou eliminar os intermediários do comércio de drogas e controlar todas as suas etapas.

Nessa época, o *salve*¹⁵ que tratava desse respectivo assunto foi intensamente discutido entre as lideranças do PCC que estavam confinados nas penitenciárias brasileiras. “Se os produtos tinham origem nos países vizinhos, era necessário, portanto, estar presente nesses locais, especialmente no Paraguai” (PAES MANSO; NUNES DIAS, 2018, p. 10-15). País que além de ser maior produtor de maconha do mundo, é também rota de outras substâncias provenientes dos demais países que compõem o cenário latino americano.

A partir de documentos produzidos pelos próprios irmãos do partido, estava clara a relação com os sujeitos que atuavam na Bolívia e no Paraguai. A novidade, nesse sentido, era a

13 Acordo pela paz entre PCC e Comando Vermelho derruba homicídios em Fortaleza. In.: Facções dominam periferias de uma das capitais mais violentas do Brasil e proíbem ciclo de vingança das gangues locais. EL PAÍS. Disponível: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/19/politica/1471617200_201985.html. Acesso: 16/06/2021.

14 Pacificação das periferias da cidade pelo crime organizado foi comemorada em marcha pelo município. EL PAÍS. Disponível: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/19/politica/1471636285_536064.html. Acesso: 16/06/2021.

15 (1) Forma de chamar alguém; (2) Comunicado; (3) Recado; (4) Saudação; para mais informações, ver: Glossário de Termos Nativos (BIONDI, 2010, p. 237).

tentativa estratégica de estabelecer um canal direto dos integrantes do PCC com fornecedores dos países vizinhos. Entre contatos e viagens, um tesoureiro do partido foi preso enquanto trazia consigo um relatório que descrevia sua viagem à Bolívia para tratar de relações estritamente comerciais, bem como, estabelecer um fluxo contínuo com fornecedores de armas e cocaína, regular o transporte e abastecimento de cargas e definir preços (PAES MANSO; NUDES DIAS, 2018. p, 26).

A esse respeito, o relatório que foi apreendido deixava transparecer certa tensão entre os negócios individuais e coletivos do partido para com seus respectivos fornecedores, ou seja, negociações institucionais do PCC que iam desde interesses pessoais: “irmão pessoa física” a interesses “da Família”: “PCC pessoa jurídica”. Nesse processo de arranjos entre lideranças brasileiras, paraguaias, colombianas e bolivianas houve uma série de conflitos, traições e desarranjos que fizeram as relações de compra, venda e distribuição estremecer; essas tensões seriam consequências do próprio projeto de expansão da organização brasileira que não “considerava” suficientemente os “estrangeiros”¹⁶.

As desconfianças se deram, sobretudo, porque os “estrangeiros” não recebiam confiança suficiente dos irmãos e lideranças paulistas,

‘era uma relação de cunho comercial que não envolvia os elementos ideológicos do partido, como a luta contra a opressão na prisão, o compartilhamento do sofrimento de estar encarcerado e a bandeira pela união e pela paz e também a pacificação das relações do crime’ – muito importantes na dinâmica do PCC (PAES MANSO; NUNES DIAS, 2018, p. 51).

No fim, suspeitavam que os mesmos quisessem lucrar em cima da família¹⁷, o que iria extremamente contra a lógica dos irmãos, uma vez que um dos conceitos que logra os ideais da organização é o de igualdade para todos:

(...) por um lado, o PCC não pode ser visto como fonte de lucros ou ganhos financeiros para líderes, nem pode privilegiar pessoalmente seus participantes conforme a posição ocupada ou o pertencimento ao seletivo grupo da Sintonia Geral Final¹⁸ (BIONDI, 2018, p. 174).

16 Para detalhes sobre os vínculos que se construíram a partir das relações comerciais entre integrantes da organização, paraguaios e bolivianos ver: (MANSO; DIAS, 2018, p.10-55).

17 (1) Moradores de uma mesma cela; (2) irmão batizado no PCC ou familiar sanguíneo; ver (BIONDI, 2010, p. 240)

18 Integrantes que mantinham o controle das atividades do grupo a partir da rua para não depender dos integrantes presos. Definem missões complicadas e mediam conflitos nas “quebradas” a partir dos “debates”, funcionam como uma equipe de “administradores”.

Pois em suma, são atividades que exijam transparência, debates¹⁹ e responsabilidades já que, de toda forma, “os particulares poderiam usufruir “apenas” se todos estivessem de comum acordo” (PAES MANSO; NUNES DIAS, 2018, p. 53).

Dessa forma, a sintonia poderia ter controle das atividades do grupo dentro das prisões e nas ruas, pois, não dependem diretamente dos integrantes presos, porque ao consolidar-se nas periferias tendem a movimentarem-se praticamente sozinhos entre periferias e prisões, mas com propósito único de estruturar cada vez mais as famílias a fim de fortalecer a base de estrutura financeira para lidar com as sintonias, com os fluxos de dinheiro, de mercadoria e de informações.

Bruno Paes Manso e Camila Nunes Dias (2018) apontam que entre os anos de 2014 e 2015, o PCC efetivamente intensificou sua presença nos territórios paraguaio, colombiano e boliviano, sobretudo nas cidades próximas às fronteiras brasileiras. O foco principal da organização era apropriar-se dos processos de produção, comércio e distribuição internacional de determinadas substâncias ilícitas. Entretanto, esse processo expansionista e monopolista do PCC foram regidos por uma série de fatalidades, tanto para membros da organização quanto para lideranças dos respectivos países, pois, de acordo os autores:

(...) o lugar do poder não fica vazio no milionário mundo das fronteiras [...] assim como em outras cidades que fazem fronteira com o Brasil e são utilizados como rota de distribuição é difícil estabelecer onde a violência começa ou termina [...] matava-se lá e desova cá e vice-versa (2018, p. 68 – 158).

Transformando assim, as zonas fronteiriças em territórios de exceção, onde matar ou morrer era o preço a ser pago pelo monopólio hierárquico da produção e distribuição das drogas. Tal distribuição, caracterizada enquanto um mercado clássico e ilegal que está estruturada à maneira do tráfico, onde seus membros disputam territórios, preços e estratégias de sobrevivência. Numa dinâmica de violência que ecoa no Brasil e estende-se aos países vizinhos, produzindo uma nova configuração ao partido, não somente ideológica e diplomática, mas adepta há um mercado extremamente perigoso e praticamente suicida. De acordo (PAES MANSO; NUNES DIAS, 2018, p. 67 – 166).

(...) os presídios ajudam a aliciar mão de obra barata para a facção, mas esse domínio também empurra para a rede do Partido os grandes empresários da droga, que passam a acatar as regras de mercado do PCC [...] e nos países onde estão presentes (Paraguai e Bolívia, principalmente), foi preciso trilhar um longo e

¹⁹ Na língua nativa significa: discurso.

conflituoso caminho, pavimentado por discursos e narrativas que propunham a paz, mas, paradoxalmente, tinha na guerra uma via sempre possível [...] o Partido do crime priorizava convencimento como forma de cooptação e, portanto, estratégia de expansão, diplomacia em primeiro lugar, mas quando não há espaço para diplomacia, resta à guerra (...).

A chegada do PCC às fronteiras marca essa nova etapa as relações empresariais do crime. O PCC transforma o cenário ao avançar como grupo disposto a organizar a cena criminal e atuar como agência reguladora de tal atividade, a questão nesse sentido é a instabilidade que caracteriza essas relações comerciais, em que uma nova guerra está sempre na iminência de eclodir.

Essas regiões já habitadas por lideranças produtoras e exportadoras do mercado da droga já eram o destino das facções, pois, depois de organizar agências do crime nas cidades paulistas e nos demais Estados brasileiros, ambicionavam maiores alcances e influências, dessa forma, partindo para outros países; à luz do dia: “Mais uma ironia nessa história toda, talvez a maior de todas: de dentro das prisões, criadas para confinar e conter o crime, o PCC seguia firme no caminho de alcançar os quatro cantos do mundo (PAES MANSO; NUNES DIAS, 2018. p. 173)”. Evidenciando na prática os erros das quais o Estado penal e suas repartições institucionais de segurança pública falharam ferozmente, negando a ascensão da organização ao passo que a mesma aparelhava presídios do norte a sul do país, bem como, as principais fronteiras que constituem as principais portas de entrada de drogas ilícitas em Território brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De certo, ao mencionar o PCC enquanto um “Partido”, “Comando” ou “Quinze” entende-se um tensionamento pela totalidade. Muito embora, o presente trabalho busca construir uma imagem multifacetada do que é essa organização, quando surgiu, expandiu-se e como se consolida para além dos muros das prisões: nas ruas, periferias, quebradas e regiões fronteiriças.

Busca de certo modo, evidenciar como o sistema penal olha prioritariamente para as classes populares criando condutas criminalizantes e como o mesmo contribuiu para o surgimento desta organização dentro do sistema prisional e até mesmo em países da América do Sul. Buscou, também, evidenciar de que forma a disciplina e ética do PCC transcendem as grades e aquele se consolida nas periferias mesmo não havendo um representante legal para determinada ação, como também, entender essa organização como um mecanismo de mediação de conflitos dentro e fora do sistema carcerário.

Longe de construir uma unidade monolítica, o movimento não só comporta como também é constituído por vários movimentos, de diversas formas, calibres, velocidades e que seguem diferentes direções. Criando todo um fluxo, que perpassa circunstâncias, situações, pessoas e territórios, produzindo alterações nos modos de viver de determinadas comunidades. O Primeiro Comando da Capital nasce dentro de uma unidade prisional paulista e já faz parte do cotidiano de inúmeros brasileiros e não-brasileiros. Tal acontecimento merece compreensão para maximizar caminhos de análises sobre a relação periferia-prisão e vice versa, como também possibilitar noções outras que não seja a criminalização de jovens para a potencialização de uma organização criminal produtora de subjetividades assujeitadas. Esse trabalho é fruto de vários esforços, mas que não param por aqui.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 18, 1996. In.: Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa. São Paulo: Usp, 1996.

AGAMBEN, Giorgio. Estado de Exceção. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

BIONDI, Karina. Junto e Misturado: Uma etnografia do PCC. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

_____. Proibido Roubar na Quebrada: Território, hierarquia e lei no PCC. São Paulo: Terceiro Nome, 2018.

NUNES DIAS, Camila Caldeira. Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. São Paulo: Dissertação, 2011.

FEFFERMANN, Marisa. O jovem/ adolescente “trabalhador” do tráfico de drogas. São Paulo: Org, 2017.

_____; FIGUEIREDO, Regina; ADORNO, Rubens (Org.). DROGAS & SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA: perspectiva para além do proibicionismo. São Paulo: Instituto de Saúde, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, F. A ideologia Alemã. São Paulo: Trad, 2002.

MENEGAT, Marildo. Estudos sobre ruínas. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

PAES MANSO, Bruno; NUNES DIAS, Camila et al. A GUERRA: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. São Paulo: Todavia, 2018. 344 p.

WILLIS, Graham Danyer. The killing consensus: police, organized crime, and the regulation of life and death in urban Brazil. Police, organized crime, and the regulation of life and death in urban Brazil. 9. ed. Canadá: Dilemas, 2015-2016. (2). Sara León Spesny. A polícia e o crime organizado: O delicado balanço de administrar a vida e a morte no Brasil. Traduzido. 2015-2016.

Acordo pela paz entre PCC e Comando Vermelho derruba homicídios em Fortaleza. In.: Facções dominam periferias de uma das capitais mais violentas do Brasil e proíbem ciclo de vingança das gangues locais. EL PAÍS. Disponível: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/19/politica/1471617200_201985.html. Acesso: 16/06/2021.

Facções impõe domínio rígido sobre sistema prisional cearense e ordenam atentados de dentro das cadeias. EL PAÍS. Disponível: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/19/politica/1471620877_245351.html. Acesso: 16/06/2021.

Pacificação das periferias da cidade pelo crime organizado foi comemorada em marcha pelo município. EL PAÍS. Disponível: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/19/politica/1471636285_536064.html. Acesso: 16/06/2021.

Política de encarceramento em massa decorrente da guerra às drogas vai na contramão da tendência mundial. EL PAÍS. Disponível: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/03/politica/1483466339_899512.html. Acesso: 16/06/2021.

Prisões em massa, o motor das facções que afetam a vida de metade dos brasileiros. EL PAÍS. Disponível: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/31/politica/1517410163_964093.html. Acesso: 16/06/2021.

Conselho de Direitos Humanos recebeu de familiares relatos de agressões físicas e uso de cachorros em incursões das forças de segurança dentro de prisão; vídeo mostra colchões, rou-

pas e alimentos dados pelas famílias no lixo. EL PAÍS. Disponível: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/19/politica/1547934734_801338.html. Acesso: 16/06/2021.

Acordo entre facções rivais, a chave da queda global de mortes violentas no país. EL PAÍS. Disponível: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/20/politica/1563625750_156154.html. Acesso: 16/06/2021.

Queda de homicídios em SP é obra do PCC, e não da polícia, diz pesquisador. BBC News, Brasil. Disponível: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/02/160210_homicidios_pcc_tg. Acesso: 16/06/2021.